

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Controladoria-Geral da União



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Controladoria-Geral da União

EXERCÍCIO 2009

ANO BASE 2008

Brasília
2009

Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho

Secretário-Executivo
Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Secretário Federal de Controle Interno
Valdir Agapito Teixeira

Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas
Marcelo Stopanovisk Ribeiro

Corregedor-Geral da União
Marcelo Nunes Neves da Rocha

Ouvidora-Geral da União
Antônia Eliana Pinto

Diretor de Gestão Interna
Cláudio Torquato da Silva

Diretor de Sistemas e Informação
José Geraldo Loureiro Rodrigues

Chefe da Assessoria Especial de Gestão de Projetos
Jaine Mailda Pena Cirqueira

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A **Controladoria-Geral da União (CGU)** é responsável por um único programa de governo, **1173 - Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção**, que tem por objetivo desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, assim como prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública, além de aprimorar e fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo Federal.

Em 2008, do total do orçamento previsto para a CGU, foram liquidados **R\$ 458.461.149,00** para a execução do programa e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com os quadros a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado em 2008	% Realização	Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário
R\$ 469.489.270,00	R\$ 458.461.149,00	97,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Projeto/Atividade		Metas Financeiras			Metas Físicas		
		Previsto	Realizado	Índice de Realização	Previsto	Realizado	Índice de Realização
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do PSS.	68.296.742	67.726.646,76	99,17	n/a	n/a	n/a
2272	Gestão e Administração do Programa (Pessoal)	330.210.741,00	329.748.820,69	99,86	n/a	n/a	n/a
2272 *	Gestão e Administração do Programa (Custeio)	29.164.735,00	26.761.496,00	91,76	n/a	n/a	n/a
2272*	Gestão e Administração do Programa (Investimentos)	4.724.500,00	3.569.512,82	75,55	n/a	n/a	n/a
10TI	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União/MG	3.150.000,00	3.150.000,00	100,00	57	0	0
110C	Reforma, adaptação e modernização das Unidades Regionais da CGU (Custeio)	575.000,00	277.973,14	48,34	n/a	n/a	n/a
110C	Reforma, adaptação e modernização das Unidades Regionais da CGU (Investimento)	525.000,00	76.711,29	14,61	5	1,61	32,20
10TK	Construção do Órgão Central Controladoria-Geral da União	2.304.000,00	0	0,00	8	0	0
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados	2.393.196,00	2.250.143,91	94,02	4939	3916	79,29
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	444.617,00	374.371,40	84,20	438	373	65,16
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	792.610,00	568.441,86	71,72	500	321	64,20

Projeto/Atividade		Metas Financeiras			Metas Físicas		
		Previsto	Realizado	Índice de Realização	Previsto	Realizado	Índice de Realização
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	4.481.095,00	4.390.020,29	97,97	2872	2450	85,31
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação	1.000.000,00	788.271,81	78,83	1540	2658	172,60
4641	Publicidade de Utilidade Pública	500.000,00	254.422,34	50,88	n/a	n/a	n/a
2B13	Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo	5.399.754,00	5.256.039,00	97,34	279	398,09	142,68
2B15	Correição no Poder Executivo Federal	2.634.000,00	1.483.316,00	56,31	1400	2150	153,57
2D58	Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	12.543.280,00	11.581.528,00	92,33	10.182	10.344	101,59
4998	Sistema Federal de Ouvidorias	350.000,00	335.195,00	95,77	17	15	88,24
Total		469.489.270,00	458.461.149,00	97,65			

Além disso, do total de **R\$ 12.832.260,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2007, foram executados **R\$ 6.536.132,00**, ou seja, **50,94 %**.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Objetivos Setoriais

- Desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.
- Fortalecer institucionalmente a CGU, por meio de estruturas físicas próprias, do Órgão Central e Unidades Regionais, proporcionando melhores instalações e condições de trabalho, para o desenvolvimento das atividades atinentes a esta Casa.

Objetivo de Governo Vinculado

- Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

Indicador de Objetivo Setorial	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Índice de Desempenho da Controladoria-Geral da União (IDIC) - %	116,98	31/12/2008	400,00

A meta estabelecida para 2011 refere-se ao somatório dos índices apurados nos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011.

Principais Resultados

A Controladoria-Geral da União (CGU), criada pela Lei n.º 10.683 de 28 de maio de 2003, atua como órgão central das funções de controle interno, correição e ouvidoria no Poder Executivo Federal. Desenvolve, ainda, ações voltadas para a promoção da transparência e a prevenção da corrupção, que se destacam no núcleo essencial da proposta política e do programa de metas fundamentais do Governo Federal.

Desde a sua instituição, a CGU vem aperfeiçoando sua estrutura regimental e aprimorando os processos de trabalho, a fim de cumprir sua missão institucional com crescente eficiência. A CGU desenvolve um combate sistemático à corrupção e se dedica ao controle do dinheiro público federal em todas as suas formas e vertentes de aplicações. Por isso, a instituição tem se firmado também como uma típica agência anti-corrupção, que privilegia a elaboração de estratégias e políticas de prevenção e combate a esse mal.

A atuação da CGU prosseguiu, em 2008, orientada por princípios fundamentais adotados desde 2003: a articulação permanente com os órgãos de controle e fiscalização do Estado brasileiro; o incentivo à ampliação do controle social, por meio da parceria com diferentes setores da sociedade brasileira; a ênfase nas medidas de prevenção da corrupção; o incremento da transparência pública; e a articulação com organismos internacionais. Esses princípios têm permitido à CGU dar prioridade, em suas ações, tanto à área da repressão quanto à linha da prevenção da corrupção, dois aspectos do problema que não podem ser tratados separadamente.

A seguir destacam-se algumas das principais ações iniciadas ou intensificadas em 2008:

No desempenho das atividades relacionadas ao controle interno, a CGU enfatizou o acompanhamento da execução dos programas e das ações governamentais mediante sorteio público de estados e municípios. Assim, a CGU deu continuidade ao Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de Sorteios Públicos, sistemática inovadora e exitosa adotada a partir de abril de 2003, e que se encontra na 28ª edição. Com duas edições desse programa, em 2008 foram fiscalizados 120 municípios, alcançando R\$ 1,4 bilhão fiscalizado. Foi realizado, também, o 1º Sorteio Especial que fiscalizou 50 municípios beneficiados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), envolvendo um montante de R\$ 317 milhões.

Com relação à fiscalização da aplicação de recursos federais pelos Estados, foram realizadas até 2008, 8 edições do Sorteio de Estados, resultando 77 fiscalizações conduzidas pela CGU, que contemplaram recursos da ordem de R\$ 8,2 bilhões.

A CGU deu continuidade, ainda, ao programa de fiscalização das capitais e dos grandes municípios (com mais de 500 mil habitantes). Nesse sentido, foram realizadas 455 fiscalizações, garantindo uma cobertura de 98% dos municípios não abrangidos pelo Sorteio de Municípios, atuando em 15 municípios com população acima de 500 mil habitantes e em todas as 27 capitais brasileiras.

Buscando priorizar o acompanhamento e a fiscalização das ações do PAC, a CGU atuou em três frentes de trabalho distintas e complementares entre si: o acompanhamento das grandes obras; fiscalização de pequenos e médios empreendimentos nas áreas de saneamento e de habitação, por meio do Programa de Sorteios; e fiscalização de obras em decorrência de denúncias e representações de outros órgãos de defesa do Estado. Como exemplo desse último tema, podemos citar a Operação João de Barro – investigação do Departamento de Polícia Federal em 114 municípios de Minas Gerais, 1 de Tocantins, 1 do Espírito Santo e 3 do Rio de Janeiro.

Com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas de Governo e dos orçamentos da União, a CGU executou 8.051 fiscalizações que subsidiaram a avaliação dos principais programas, bem como de políticas públicas que não constam na Lei Orçamentária, entre as quais se destacam: PAC; Saneamento Ambiental Urbano; Bolsa Família; Programa de Saúde da Família; Desenvolvimento da Educação Profissional; Brasil Escolarizado; Manutenção da Malha Rodoviária Federal; Gestão de Política de Segurança Alimentar e Nutricional; Proteção Social Básica.

No tocante às Auditorias Anuais sobre as Tomadas e Prestações de Contas, além de buscar, em conjunto com o Tribunal de Contas da União, a simplificação dos procedimentos, a CGU realizou 1.180 auditorias ordinárias em 2008.

Também foram realizadas ações de fiscalizações de recursos públicos federais sobre os quais pairam suspeições de desvios, de acordo com informações previamente coletadas pela fiscalização regular, em que se identifique um padrão de irregularidades, ou por escolha compartilhada com outros órgãos de defesa do Estado, tais como a Polícia Federal ou o Ministério Público. Muitas dessas ações deram origem a operações especiais em conjunto com a Polícia Federal, dentre as quais destacam-se: Operações Rapina e Rapina II (Maranhão), Operação Telhado de Vidro (Rio de Janeiro), Operação Higia (Rio Grande do Norte), Operação Pasárgada (Minas Gerais), Operação João de Barro (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins e Espírito Santo), Operação Toque de Midas (Amapá) e Operação Nêmesis (Maranhão).

Com relação à apuração de denúncias, em 2008 foram recebidas um total de 3.259 denúncias, representações ou solicitações de informações ou documentos. Dessas, 2.477 demandaram ação de controle específica por parte da CGU, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais.

Em 2008 foram realizadas 881 fiscalizações, abrangendo 348 municípios, envolvendo com maior frequência os seguintes Programas/Ações: Implantação ou Melhoria de Obras de Infraestrutura Urbana, Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, Apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, Estímulo à Produção Agropecuária, Melhoria das Condições de Habitabilidade, Atenção Integral à Família, Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, Apoio ao Transporte Escolar, Programa Dinheiro Direto na Escola, Educação de Jovens e Adultos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, FUNDEF,

FUNDEB, Programa Bolsa família; Atenção Básica em Saúde, Proteção Social Básica.

Os resultados, além de constar dos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades, são enviados ao Tribunal de Contas da União e, ainda, se for o caso, à Polícia Federal e ao Ministério Público.

Com relação às Tomadas de Contas Especiais (TCE), em 2008 foram analisados 1.446 processos, indicando retorno potencial aos cofres públicos de R\$ 642.829.005,20.

Na área de pessoal, a CGU realizou auditorias mediante a verificação da consistência das folhas de pagamento dos órgãos federais ou por meio de trilhas de auditorias aplicadas nos sistemas de pessoal. Além disso, em 2008, a CGU procedeu à análise e enviou ao Tribunal de Contas da União 97.000 processos de Aposentadoria, Pensão e Admissão, envolvendo R\$ 533.153.050.

Com relação à área de correição, a CGU conseguiu levar adiante a complexa missão de promover a apuração da responsabilidade dos agentes públicos na esfera administrativa, sem, entretanto, esquecer o caráter orientador que deve revestir essa atividade.

No exercício das competências de órgão central, visando à coordenação do Sistema de Correição, a CGU, no último ano, conduziu 1179 investigações preliminares para verificar a verossimilhança de denúncias e representações recebidas, acompanhando mais de 5.000 processos disciplinares instaurados pelas diversas unidades correccionais do Poder Executivo Federal.

Atuando com medidas administrativas efetivas e intensificando o combate à cultura de impunidade, a CGU alcançou expressivos resultados. Somente em 2008, foram aplicadas 347 punições expulsivas (284 demissões; 28 cassações; e 35 destituições). Entre as principais motivações que embasaram as punições expulsivas aplicadas em 2008 permanecem os itens valimento do cargo (33,57%) e improbidade administrativa (19,79%). Quanto às punições disciplinares não expulsivas, foram aplicadas 537 suspensões e 637 advertências.

Ainda em 2008, a CGU procedeu à instauração, avocação e requisição de 60 procedimentos administrativos disciplinares, entre Processos Administrativos Disciplinares (em sentido estrito), Sindicâncias Punitivas e Investigativas, além da instauração de 40 Sindicâncias Patrimoniais.

Por meio da Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF), a CGU declarou, em 2008, a inidoneidade de oito empresas, impedindo-as de licitar e contratar com a Administração Pública. Entre essas estão algumas que alcançaram grande destaque na mídia em razão da direta participação em graves acontecimentos que abalaram a opinião pública nacional: a Construtora Gautama (um dos principais alvos das apurações na chamada “Operação Navalha”); as empresas do Grupo Planam (que capitanearam as fraudes investigadas pela Operação “Máfia das Ambulâncias”, que gerou a “CPI das Sanguessugas”); e, mais

recentemente, as empresas sob foco da “Operação Mão-de-Obra”, a exemplo da Conservo.

Em continuidade ao já consolidado programa de formação de membros de comissões disciplinares, a CGU promoveu, em 2008, a capacitação de 1.116 servidores públicos federais, perfazendo um total de 5.873 profissionais capacitados nos últimos seis anos. Na mesma linha, a CGU deu início ao curso de formação de gestores, ministrado para 56 autoridades, oriundas dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho. O objetivo é estender os programas de capacitação em direito disciplinar a outros atores envolvidos no exercício das funções correccionais.

Na seara da prevenção da corrupção, a CGU atua, especialmente, mediante a promoção da transparência na gestão pública e ao estímulo ao controle social. A prioridade atribuída pelo atual governo ao incremento da transparência pode ser constatada pelos avanços verificados no Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br), que disponibiliza ao cidadão informações sobre as aplicações diretas dos órgãos federais, as transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e municípios, além de dados sobre os gastos com os cartões de pagamento do governo.

Em dezembro de 2008 a CGU lançou a nova versão do Portal com o objetivo de facilitar ainda mais o acesso do cidadão às informações sobre a execução orçamentária dos programas e ações do Governo Federal. Foram realizadas mudanças na programação visual e a inclusão de novas consultas, entre as quais: Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); gastos ou transferências feitos em favor de entidades sem fins lucrativos; cartões de pagamento por portador; e transferências para entidades no exterior. A nova configuração do Portal da Transparência também facilita a análise dos gastos realizados. Agora, os resultados das consultas, de modo geral, podem ser salvos em planilhas, o que permite reagrupar os dados conforme o interesse do usuário para eventuais comparações. No total, há cerca de 39 mil planilhas à disposição do público.

O Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), já com cerca de mil registros de empresas punidas pelos entes federais e estaduais, tem como objetivo consolidar o rol das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas, evitando que empresas punidas por um determinado órgão ocultem essa punição para contratar com outro órgão público. Ao consolidar dados de várias fontes e traduzi-los para uma linguagem mais compreensível, o CEIS aumenta a transparência sobre o assunto. Além disso, para preservar a fidedignidade das informações, traz a indicação da fonte, o que possibilita ao usuário aprofundar sua consulta, caso deseje o contato direto com o órgão sancionador.

Tudo isso faz com que o Portal da Transparência seja reconhecido como um instrumento, a um só tempo, de controle e de participação social inovador e eficiente, sem paralelo mesmo entre os países desenvolvidos. Em 2008, o Portal foi o vencedor do Prêmio da ONU, na categoria “Finanças e Administração Pública”, e da última edição do Prêmio CONIP de Excelência em Inovação na Gestão Pública. Além disso, foi classificado entre as dez iniciativas vencedoras do 12º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal.

Com o apoio da CGU, foram disponibilizadas Páginas de Transparência por órgãos e entidades do Governo Federal, com informações referentes a execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens, disponíveis no sítio www.transparenciapublica.gov.br. Em 2008, as Páginas de Transparência passaram por um processo de reformulação gráfica, para fornecer navegação mais fácil e novas formas de consultas, inclusive com opção de busca avançada. Foi criada, ainda, uma página eletrônica que facilita a identificação de todos os órgãos e entidades que possuem “Páginas de Transparência” e da origem dos dados apresentados.

Outro projeto promissor lançado pela CGU em dezembro de 2008 foi o Observatório da Despesa Pública (ODP), que utiliza as ferramentas mais avançadas de tecnologia da informação para análise e acompanhamento da despesa pública. O ODP simula uma “malha fina”, concebida para identificar situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitar que elas ocorram. Tais instrumentos já foram utilizados na análise de gastos realizados por meio de Suprimento de Fundos, para identificação de situações atípicas e de irregularidades potenciais no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), bem como no apoio aos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) relativa ao tema. O ODP está sendo utilizado, também, para análise da base de dados do Comprasnet – o sistema de compras do Governo Federal –, de forma a verificar tipologias de irregularidades potenciais e produzir estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pela Administração Federal.

A CGU investiu, também, nas ações de prevenção e de capacitação para o controle social junto ao público infante-juvenil, realizando ações que objetivam promover a ética e a consciência de cidadania nesse segmento da sociedade. Como exemplo, podemos citar o lançamento do sítio infantil “Criança Cidadã – Portalzinho da CGU”, que contém jogos e histórias em quadrinhos para transmitir mensagens sobre ética e cidadania para as crianças. O sítio também possui um espaço dedicado aos professores, com orientações para trabalhar os temas em sala de aula.

Outra ação promovida foi a 2ª edição do Concurso de Desenho e Redação entre alunos do ensino fundamental e médio, em âmbito nacional. Nessa edição do concurso, mais de 250 mil crianças de todos os Estados do Brasil apresentaram trabalhos. Além disso, a CGU firmou parceria com o Instituto Maurício de Sousa – criador da Turma da Mônica – para a implementação do projeto “Um por todos, todos por um – Pela ética e cidadania”.

Outra importante frente de trabalho adotada pela CGU é a realização das atividades do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, que sensibiliza e orienta conselheiros municipais, lideranças comunitárias, agentes públicos, professores e alunos da rede pública acerca da importância do controle social. Em 2008, foram realizados 26 eventos presenciais, que alcançaram 226 municípios brasileiros.

Com a finalidade de aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos Estados e municípios brasileiros, a CGU continuou, em 2008, a promover as atividades do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública. Com o objetivo de prover a capacitação de agentes públicos e o fornecimento de orientações e informações técnicas, o programa compreende a realização de ações de educação presencial e a

distância, de distribuição de acervos técnicos e de cooperação com os respectivos sistemas de controle interno.

A escolha dos municípios que participam do Programa é feita por sorteio público entre os que se inscrevem voluntariamente e a definição das ações a serem adotadas é feita pela CGU em parceria com cada município sorteado, considerando a necessidade específica de cada cidade. O Programa conta com mais de 1000 municípios inscritos e já foram realizados 7 sorteios, por meio dos quais foram beneficiados 187 municípios, capacitados 2.135 agentes públicos municipais e distribuídos mais de 60 mil manuais com informações sobre programas federais.

Estimulando o desenvolvimento de linhas de pesquisa e a criação de centros de estudos sobre corrupção, a Controladoria trabalhou no aprimoramento da Biblioteca Virtual sobre Corrupção (BVC). A Biblioteca reúne, até o momento, mais de 1.100 documentos, entre artigos, teses, notícias, eventos, apresentações e outros materiais relacionados ao tema corrupção.

No Brasil, a CGU é o órgão responsável pelo acompanhamento da implementação das medidas previstas nos tratados internacionais que o País ratificou na área de combate à corrupção, mais especificamente a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção da ONU), a Convenção Interamericana contra a Corrupção (Convenção da OEA) e a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE). Assim sendo, a Controladoria adotou uma série de medidas para divulgar os termos dessas convenções, como a elaboração e a distribuição de material informativo; o desenvolvimento do hostsite da Convenção da ONU (www.cgu.gov.br/onu) e a manutenção dos demais hostsites: www.cgu.gov.br/oea e www.cgu.gov.br/ocde.

A CGU coordenou o processo de avaliação do Brasil na segunda Rodada de Avaliação da Implementação da Convenção da OEA, sobre os temas de contratação de servidores públicos, contratação de obras e serviços, proteção a denunciante de boa-fé e tipificação de atos de corrupção. A avaliação do Brasil mostrou-se bastante positiva, com o reconhecimento das boas iniciativas do País.

De modo especial, o Brasil teve destaque na segunda Reunião dos Estados Parte da Convenção da ONU contra a Corrupção, realizada em Bali, na Indonésia, em janeiro de 2008. Na ocasião, o Portal da Transparência da CGU foi reconhecido pela ONU como uma das melhores iniciativas, em todo o mundo, na área da prevenção da corrupção.

Com relação às ações de ouvidoria, a CGU tem concentrado seus esforços no incentivo à participação de todos os ouvidores públicos para o fortalecimento da cidadania, bem como na interação afirmativa de estímulo à expansão do segmento junto aos dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Com esse propósito, em 2008 foi realizado o 1º Seminário Brasileiro de Ouvidorias Públicas, com o tema Democracia Participativa, congregando representantes de ouvidorias de todo o país e convidados internacionais. Também com a supervisão técnica da CGU, em 2008 foram criadas 11 novas unidades de ouvidoria, chegando a um total de 149 unidades em operação no Poder Executivo Federal, responsáveis pelo atendimento de 2 milhões de manifestações.

Diante do exposto, sob a luz do êxito obtido por meio das ações desenvolvidas pela Controladoria-Geral da União em 2008, podemos avaliar positivamente os resultados da CGU em todas as suas frentes de atuação, os quais permitiram à instituição o alcance de seus objetivos setoriais: desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.

Reflexo dos esforços empreendidos pelas instituições de defesa do Estado (CGU, Polícia Federal, Ministério Público, Advocacia-Geral da União, entre outras) não passaram despercebidos pela sociedade. Pesquisa de âmbito nacional, realizada em maio de 2008 pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com o Instituto Vox Populi, apontou que cerca de 75% dos entrevistados reconhece que cresceu neste governo “a apuração dos casos de corrupção que antes ficavam escondidos”. No âmbito internacional, pesquisa semelhante da ONG chilena Latinobarômetro mostra que 45% dos entrevistados reconhecem progressos na luta contra a corrupção no Brasil, percentual superior à média do continente.

Acrescente-se a esses dados, o reconhecimento oficial dos organismos internacionais especializados da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem convocado a CGU para oferecer assistência técnica e capacitação a outros países nessas áreas.